

# Parlamentarismo, a salvação

## Novo regime favorece Sarney e leva Ulysses ao poder

### Tudo caminha a favor de sua adoção

Os parlamentaristas da Constituinte já estão festejando a mudança de regime. Além da pesquisa revelando que 65% dos constituintes querem modificar o sistema de Governo com o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, respectivamente senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Os parlamentaristas acreditam que não terão de enfrentar os presidencialistas, mas sim os que desejam eleições diretas para Presidente da República no prazo de 120 dias após a promulgação da Constituição. Para eles, a crise atual será enfrentada com uma dessas duas soluções.

### REAFIRMAÇÃO

No próximo dia 23, será lançado, no Salão Nobre da Câmara, o livro "Parlamentarismo Já", organizado pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS). O senador Afonso Arinos será o principal orador do lançamento. Deverá fazer um pronunciamento ressaltando que o parlamentarismo é o mais perfeito sistema de Governo, fazendo com que as crises não atinjam as instituições democráticas.

O Presidente da Assembleia Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), é presidencialista. Ele viveu intensamente a crise do parlamentarismo no período João Goulart. Esta semana, porém, deu alguns sinais de que poderá reexaminar a questão. Defendeu, em conversas informais, a adoção do misto e concordou com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), de que é necessário um amplo debate sobre o regime.

"Sou presidencialista mas admito até que com o debate possa mudar de opinião" — comentou.

### PRESSA

O único receio dos parlamentaristas é que a votação da matéria seja realizada apressadamente, sem exame mais acurado. Não querem votação conjunta da mudança de regime e da fixação do período do mandato do Presidente Sarney, como está na proposta do deputado César Cals Netto (PDS-RJ), que será apreciada no próximo dia 23 pela Comissão de Organização do Estado.

A convicção do grupo parlamentarista, que se reuniu na última quinta-feira, é de que essa confusão — mandato e alteração de regime — lhes será prejudicial neste momento. Poderá ser favorável quando da votação final da Constituinte se estiver crescendo o movimento pelas diretas, pois o Presidente José Sarney, nesse caso, deverá apoiar a mudança de regime.

Entre as diversas emendas estabelecendo o regime parlamentarista, a que obteve mais receptividade, por enquanto, foi a do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Ele quer um parlamentarismo misto, com predominância da Câmara. Será, de certa forma, um parlamentarismo mitigado, como defende o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil da Presidência da República.

"Eu sou presidencialista, mas o debate pode me convencer do contrário". A frase do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao deputado Vivaldo Barbosa, da subcomissão do Executivo, revela, na visão de alguns peemedebistas, a única saída para quem vê muito longe o final de 1988, se o mandato do presidente Sarney fosse definido em quatro anos.

Que Ulysses não pode esperar até 1990 para disputar a Presidência da República é uma constatação unânime dentro do Congresso Constituinte. O deputado Paulo Macarini, por exemplo, observa que a manutenção do mandato do presidente José Sarney, em seis anos, é uma forma de eliminar, pela idade, o deputado Ulysses Guimarães da disputa.

Cinco anos também é muito para o presidente do PMDB, que chegou a lançar essa idéia na bancada, como forma de sondar o pensamento médio dos constituintes peemedebistas. A tese, sabe-se hoje, não foi muito bem aceita.

## Ulysses espera "fumaça" passar

"O doutor Ulysses tem uma capacidade de obsorção muito grande". Essa é a resposta dos amigos, e o temor dos adversários, ante os duros golpes que o presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, vem recebendo nos últimos dias. Conhecedores da tática desse ainda insuperável campeão de lutas políticas, uns temem, enquanto outros esperam o "pulo do gato".

O deputado Chico Pinto crítico feroz de Ulysses — "eu quero corrigir, e não destruí-lo" — adverte que não é uma tarefa fácil arrebatá-lo do cinturão desse pesoado da política brasileira — um lutador manhoso, que recolhe nos momentos difíceis, para voltar no "round" seguinte, envolvendo e imobilizando o oponente.

Ulysses não deixa de dar razão, à sua retaguarda e a seus adversários. Na última quinta-feira, depois do ataque dos governadores de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, contra o ministro Dilson Funaro, apenas respondeu que "vou esperar a fumaça ir embora, para ver o que está acontecendo".

Há quem diga — e não faltam argumentos para isso — que Ulysses está confundindo fumaça com a névoa dos próprios olhos, provocada por uma seqüência

Até porque não interessa ao presidente José Sarney. Quem acredita que o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, está manifestando sua posição pessoal, ao defender o mandato de seis anos? Depois, por que o presidente da República iria desprezar o apoio dos governadores, aos quais, por motivos óbvios, interessa que o seu mandato se encerre apenas em 1990?

O presidente José Sarney sabe que o agravamento da crise econômica, evidente, deve levar o País não ao golpe militar mas à eleição direta, já, como prevê o senador Afonso Camargo. E o recado que o governador Tarcisio Buriti deixou nos corredores do Congresso, um dia depois de conversar com o presidente da República, foi de que, nesse caso, o futuro ocupante do Palácio da Alvorada, muito provavelmente, será o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Abstraindo a dose de paranóia, que "normalmente" se instala quando se fala no nome de Brizola, a

crise está aí para todo mundo ver e a grande maioria sentir. E ela remete — é isso que muita gente quer acreditar — à eleição direta, logo, e isso não interessa, nem a Sarney, nem aos governadores e nem a Ulysses, que vê surgir dentro de seu partido a liderança incontestável de Mário Covas, e que também não pode fugir do fantasma concreto que é Leonel Brizola.

A "salvação" do presidente José Sarney — já raciocinam assim alguns parlamentares peemedebistas — é o Parlamentarismo. A chance do deputado Ulysses Guimarães, também. Nesse ponto, afirma-se, os dois estão afinados: Sarney, presidente; Ulysses, primeiro-ministro.

Um dado importante: o deputado Heráclito Fortes, conhecido pela relação estreita com o presidente do PMDB, fez um levantamento junto aos integrantes da Executiva do partido, em sua última reunião. Resultado: Parlamentarismo, 13; Presidencialismo, cinco.

de golpes, uns mais potentes, outros apenas incômodos, mas todos eficientes e, querem crer, de efeito demolidor.

O primeiro grande golpe foi desferido pelo senador Mário Covas que, com uma pegada surpreendente, derrotou o deputado Luiz Henrique, na disputa pela liderança do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte. Covas bateu em Luiz Henrique, mas quem perdeu foi Ulysses. Perdeu o comando do ringue, que dominava com quase onipotência.

A partir daí, o senador de oito milhões de votos passou a dominar a cena política do Congresso Constituinte. Para o senador José Bisol, Mário Covas passou a ocupar um grande espaço político, mas sem afastar o presidente do PMDB. O senador gaúcho parece desconhecer a lei da Física, de que dois corpos não podem ocupar um único espaço, ao mesmo tempo.

Na semana passada foi a vez do presidente José Sarney bater, de leve e por tabela, através do governador Tarcisio Buriti. O presidente da República reclamou de uma verdadeira "blitz" contra o seu governo, na qual incluiu o senador Mário Covas e o deputado Ulysses Guimarães.

Quarta-feira última, o ataque ficou a cargo dos governadores Orestes Quêrcia (SP), Newton Car-

doso (MG) e Moreira Franco (RJ). Eles pediram a cabeça do ministro Dilson Funaro que, dias atrás, recebera o apoio formal da Executiva do PMDB e a solidariedade pública do presidente do partido.

Já na manhã do dia seguinte (quinta-feira), o líder do PMDB na Constituinte, outra vez foi responsável por mais uma derrota de Ulysses, ao bater, com a candidatura do deputado Bernardo Cabral, o ex-líder do partido na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que disputava a função de relator da comissão de Sistematização.

E não se pode negar a liderança de Mário Covas, cada vez maior; a força incontestável dos governadores; as rebeliões, umas espontâneas, outras organizadas, dentro do PMDB; a articulação política entre o líder do partido na Constituinte e o governador de São Paulo.

Ulysses está acuado, ir-reversivelmente, para alguns. Para outros, somente se recolheu, à espera de um momento mais favorável. Os seus passos — isso é evidente — demonstram que a situação é difícil. Não diz nada, não se expõe, esconde-se atrás da fumaça que espera sumir, "para ver o que está acontecendo". Resta-lhe apenas o "pulo do gato". E este pode ser o Parlamentarismo.



Ulysses pode ceder

### Definição do sistema pode demorar mais

Antes do dia 23 próximo, quando se encerra o prazo para apresentação de propostas pela sociedade, a Constituinte não poderá decidir se o País manterá o presidencialismo como sistema de governo ou optará pelo parlamentarismo. A afirmação é do vice-líder do PMDB na Assembleia Nacional, deputado Paulo Macarini (SC), que elimina a hipótese de uma decisão ainda este mês, como defende o presidente da subcomissão do Poder Executivo, Albérico Filho (PMDB/MA).

— Ele pode ser primo do Presidente, mas não é dono da vontade da Nação e não tem por que atropelar os prazos — acrescenta o vice-líder pedetista, Amaury Muller (RS), esclarecendo que Albérico Filho na verdade está defendendo a posição do Palácio do Planalto, "que precisa dessa definição por uma questão de sobrevivência própria, de autoafirmação, e não para encaminhar os problemas da Nação".

Também o deputado Homero Santos (PFL/MG), vice-presidente da Câmara dos Deputados e favorável à manutenção do mandato de seis anos para o presidente Sarney, entende ser prematura a discussão do sistema de governo agora. Já o deputado comunista Fernando Santana (PCB/BA), não vê nada de mais, embora também não considere que a indecisão prejudique a discussão dos outros temas.

# Israel: a saída para impasse da transição

A transição democrática brasileira chegou a um impasse determinado pela crise atual que assume, ao mesmo tempo, o caráter social, econômico e político, numa condição em que a implantação do parlamentarismo torna-se a única solução possível, neste momento, para evitar o caos maior, segundo a análise feita pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB de Minas).

"Não há outra saída", sentença Israel Pinheiro, cujas reflexões sobre a crise imaginam a adoção do parlamentarismo com a aceitação do presidente José Sarney, que se apoiaria na maioria parlamentar peemedebista e teria como primeiro-ministro o senador paulista Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte:

— O momento é este, com a Constituinte em plena ação e credenciada a introduzir o sistema parlamentarista. Temos até um primeiro-ministro histórico, Mário Covas. Muita gente pensa que o primeiro-ministro seria o deputado Ulysses Guimarães, mas creio que a atual correlação das forças dentro do partido inclina-se por Covas.

E explica o deputado Is-

rael Pinheiro porque acredita não haver resistência ao novo sistema por parte do Presidente:

— O Sarney adoraria, pois passaria o "pepino" para outro e não perderia a majestade.

Entende o deputado Israel que o presidente Sarney não se comporta como bom estrategista político ao usar os governadores dos Estados mais importantes para pressionar os ministros que gostaria de desalojar do governo. "É uma jogada que enfraquece o Presidente na medida em que os governadores e os candidatos às vagas ministeriais o encostam contra a parede, como aconteceu em São Paulo", analisa.

Com esse erro tático, o Presidente aumenta a confusão geral e eleva a fervura da crise global com reflexos na própria Constituição que se pretende elaborar. "A crise não deixa ambiente para se fazer uma Constituição, não há clima para isso. A Constituinte está costurando remendos em vez de constituir um tecido harmônico", constata o deputado e prevê o pior na Constituinte:

— E muito sério o risco de que a nova Constituição saia pior do que a atual, que foi outorgada por uma

junta militar em plena ditadura.

Nesse quadro de confusão geral, "no qual ninguém encontra elementos para tentar alguma previsibilidade", Israel encontra o parlamentarismo como a solução possível. "A sociedade chegou a um ponto de desorientação diante do quadro geral de crise que tenta se amparar na idéia de que a nova Constituição pode resolver tudo, mas, na realidade, isso não passa de uma grande ilusão coletiva", adverte.

Diante da "grande ilusão coletiva", Israel Pinheiro Filho analisa as alternativas constitucionais e, mais uma vez, encontra o parlamentarismo como solução. "A crise nos empurra para o parlamentarismo, que se constitui na saída possível embora a grande ilusão coletiva possa também buscar o sistema parlamentarista como o grande sonho nacional que resolve todos os problemas", analisa e mostra uma vantagem, nessa situação, de mudança:

— No mínimo, o parlamentarismo recriaria o otimismo perdido. E Sarney passaria para o parlamento o segundo pepino: o da política econômica.